ANÁLISE JURÍDICA

Substitutivo nº 05/2018, do Vereador Francisco de Souza, **ao Projeto de Lei Complementar nº 21/2018,** de autoria do Executivo, que dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 177/2009.

O Substitutivo atende formalmente aos requisitos previstos no art. 131, do Regimento Interno.

I- REGIME DE TRAMITAÇÃO:

O Substitutivo deverá ser submetido ao rito processual legislativo de urgência, nos termos do Art. 70, da LOM c/c Arts. 123 e 118-A, ambos do RI.

II- COMISSÕES PERMANENTES CONCERNENTES:

Nos termos do art. 50, do Regimento Interno, opino para que seja ouvida a <u>Comissão de Finanças</u>, <u>Orçamento e Gestão Pública</u>, a <u>Comissão de Educação</u>, <u>Cultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade</u>, e ainda, a <u>Comissão de Justiça</u>, <u>Redação</u>, <u>Ética e Cidadania</u>.

III- QUÓRUM E PROCESSO DE VOTAÇÃO:

Nos termos do Art. 161, inciso I, do Regimento Interno, o quórum para deliberação deve ser tomado por <u>maioria absoluta</u> de votos dos membros da Câmara, por meio de <u>processo de votação nominal</u>, consoante disposição regimental prevista no Art. 163, § 5°, inciso V, alínea "h".

Palmital, 11 de dezembro de 2018.

Márcio Junior de Oliveira Procurador Jurídico

Isabella Borges Paes Estagiária de Direito